

# COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar



**FIERGS CIERGS**

## CONGRESSO NACIONAL

### **Ministro de Minas e Energia apresenta prioridades da pasta no Senado e na Câmara**

O ministro de Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque, debateu o Plano de Governo e diversos outros assuntos em audiências que ocorreram, respectivamente, na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal e na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Bento Albuquerque anunciou investimentos de quase R\$ 2 trilhões no setor energético brasileiro. Até 2027 serão R\$ 1,5 trilhão em petróleo, gás e biocombustíveis e R\$ 400 bilhões em energia elétrica. A área de mineração receberá R\$ 80 bilhões até 2022.

Afirmou também que o aprimoramento das leis e normas que tratam da segurança de barragens, a estruturação da Agência Nacional de Mineração e o aumento da competitividade do gás natural estão entre as metas prioritárias do Ministério de Minas e Energia.

Para o ministro a capitalização da Eletrobras é uma das prioridades do Ministério, porém informou que ainda não foi orientado pelo presidente Jair Bolsonaro sobre o futuro da empresa, no que se refere à privatização. Explicou, ainda, que até 2021 a linha de transmissão entre Boa Vista e Manaus deverá ser concluída. Além disso, está previsto para este ano um leilão para contratação de fontes renováveis e híbridas.

Bento Albuquerque ressaltou que é preciso acabar com a judicialização do setor elétrico, cujo passivo já chega a R\$ 7 bilhões, devido ao risco hidrológico (GSF).

Segundo ele, durante reunião ministerial realizada nesta semana foi discutida a situação dos caminhoneiros que, em 2018, realizaram greve contra aumentos no preço do diesel. A Petrobras anunciou no mesmo dia que o

intervalo de reajustes agora não será inferior a 15 dias e que o novo “Cartão Caminhoneiro” permitirá a compra do combustível a preço fixo em postos BR.

## **Câmara aprova projeto que suspende a contagem da licença-maternidade em caso de internação do recém-nascido**

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 8702/2017, da deputada Renata Abreu (PODE/SP), que suspende a contagem da licença-maternidade em caso de internação de criança recém-nascida, sendo retomada após a alta hospitalar.

A proposta foi aprovada na forma de substitutivo apresentado em Plenário pela relatora, deputada Carmen Zanotto (PPS/SC). De acordo com o texto, caso o recém-nascido fique em internação hospitalar, a licença-maternidade e o pagamento do salário-maternidade poderão ser suspensos por solicitação da mãe, depois de decorridos 15 dias do gozo de tais benefícios.

A contagem do período remanescente da licença-maternidade e do pagamento do salário-maternidade será retomada a partir da alta hospitalar.

O projeto será encaminhado para análise do Senado Federal.

### **POSIÇÃO CNI: DIVERGENTE**

## **Audiência pública debate o endividamento dos estados e os repasses da Lei Kandir**

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado realizou audiência pública para debater o endividamento dos estados e os repasses da Lei Kandir, bem como apresentar as diretrizes e os programas prioritários do Ministério da Economia. . O encontro contou com a participação do Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O ministro apontou que as dificuldades que o país tem enfrentado sistematicamente ao longo da história decorrem do excesso dos gastos públicos. Destacou que o primeiro passo para combater o crescimento dos gastos está na aprovação da Reforma da Previdência e citou as duas principais deficiências previdenciárias.

Uma das deficiências é a instabilidade financeira provocada pelas alterações na pirâmide demográfica brasileira, a outra é o grau elevado dos encargos trabalhistas que causam distorções na oferta de emprego.

O segundo passo apontado para o combate ao crescimento dos gastos é a estabilização do crescente endividamento que vem minando a economia dos estados e municípios. O ministro argumentou que os gastos destes entes está crescendo, em grande parte, devido aos gastos com pessoal e inativos, o que tem engessado orçamentos e retirando suas capacidades de gestão.

Nessa linha, Guedes apresentou as diretrizes gerais da agenda que tem desenvolvido conjuntamente com sua equipe, após realizar diálogo com prefeitos e governadores para combater esses gastos. A agenda se divide em três etapas sendo elas de curto, médio e longo prazo.

A primeira etapa será anunciada em até 30 dias e se trata de um plano de equilíbrio financeiro voltado para os estados. O plano tem o intuito de suavizar os gastos dos governos estaduais nos próximos quatro anos e, segundo Guedes, já foram reservados R\$ 10 bilhões do orçamento para colocá-lo em prática. Ele garantiu ainda que tal valor pode ser aumentado conforme o andamento da Reforma da Previdência.

A segunda etapa será a destinação de recursos aos estados por mecanismo que irá substituir os repasses da Lei Kandir e do FEX. Esses recursos serão oriundos da exploração do Petróleo e sua regulamentação se dará por Projeto de Lei que será enviado ao Congresso.

A terceira etapa se dará pela revisão do pacto federativo, na qual o ministro acredita que, gradualmente, os recursos estatais devam se descentralizar da União em direção aos estados e municípios e o Legislativo deva assumir maior importância na decisão orçamentaria.

Guedes ainda exaltou a concessão dos aeroportos e garantiu que os leilões do petróleo serão um sucesso. Sustentou também que o mercado de energia irá passar por uma revolução e afirmou que pretende realizar desregulamentação no setor de gás.

O senador Lasier Martins (PODE/RS) questionou se a Lei Kandir “morreu” e o ministro respondeu que ela deve ser deixada para trás e que o instrumento que ele pretende editar e construir conjuntamente ao congresso irá repassar R\$ 4 bilhões aos estados, valor maior do que o de R\$ 1,9 bilhão que a Lei Kandir pode proporcionar atualmente.

### Instalada a Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária

**Coordenador:** deputado Luis Miranda (DEM/DF) | **Composição:** 187 deputados e 39 senadores

O coordenador explicou que a Frente Parlamentar considerará a proposta aprovada na Comissão Especial em 2018 (PEC 293/2004), que tinha como relator o deputado Luiz Carlos Haully (PSDB), os estudos da Anfipe, Fenafisco e Sindifisco e se antecipará ao texto de reforma que será enviado pelo governo.

### Instaladas Comissões das seguintes Medidas Provisórias:

#### MP 867/2018 – Programa de Regularização Ambiental

Presidente: **senadora Juíza Selma (PSL)**

Relator: **deputado Sérgio Souza (MDB)**

#### MP 868/2018 – Reforma do Marco Legal de Saneamento Básico

Presidente: **deputado Evair Vieira de Melo (PP)**

Vice-Presidente: **senador Nelsinho Trad (PSD)**

#### MP 869/2018 – Criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Presidente: **senador Eduardo Gomes (MDB)**

Relator: **deputado Orlando Silva (PCdoB)**

#### MP 859/2018 – Limitação até 2022 da destinação de recursos do FGTS para Santas Casas

Presidente: **deputado Ricardo Barros (PP)**

Fonte: Novidades Legislativas N° 8/2019

GERÊNCIA TÉCNICA E DE SUPORTE AOS CONSELHOS TEMÁTICOS – GETEC  
Conselho de Articulação Parlamentar – COAP

**Coordenador:** W. Rudi Christmann  
**Fone:** (51) 3347-8674  
**E-mail:** coap@fiergs.org.br